

Abaixo o engodo

Relator da CPI do Orçamento, com seu relatório parcial derrubado ontem por manobras do PMDB, do PFL e do PPR, o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) resignou-se a apresentar, apenas no final dos trabalhos da comissão, um documento com os nomes e as punições devidas a cada uma dos envolvidos nas mutretas com as verbas da União. "Um confronto da CPI com o Congresso e os partidos só vai quebrar a ponta mais fraca, a própria CPI", explicou-se Magalhães. Em resumo: para garantir a continuidade das investigações o relator submeteu-se aos interesses momentâneos de uns e outros.

A CPI está ameaçada, primeiro pelo corporativismo do Congresso, depois pelos interesses eleitorais dos partidos. Parece que os senhores parlamentares andam usando tapa-olho, não conseguem enxergar um palmo adiante do nariz. Aqueles que elegeram os deputados e senadores querem tudo, menos ver as investigações acabarem em pizza. "A população quer saber mais e muito mais", observa o sociólogo e analista Francisco Toledo, da Toledo e Associados. "Ninguém está indiferente."

Há 15 dias, Toledo encomendou a seu instituto um levantamento de opinião pública para saber o que a população achava que o ex-presidente José Sarney devia fazer com os 540 mil documentos que afirmou ter em seu poder sobre os cinco anos que governou o País. Os tais documentos, deu a entender o ex-presidente, continham informações sobre interesses e negócios escusos de várias personalidades da República, entre elas os dignos parlamentares. Dos 407 ouvidos pela Toledo e Associados, no início do mês na Capital, 377 responderam que Sarney deve revelar o conteúdo dos documentos contra apenas 20 para quem o ex-presidente deve mantê-los em segredo. "Isso só demonstra o interesse das pessoas em tomar conhecimento dos fatos, sejam eles bons ou maus", afirma Toledo.

O resultado desta pesquisa

sobre os papéis do hoje senador José Sarney não deixam mesmo dúvida sobre os desejos do eleitorado. Assim, como explicar os ouvidos moucos do Congresso e os olhos cegos dos partidos? O fato de o relatório parcial, até como o próprio nome diz, indicar os nomes apenas de alguns dos envolvidos e não de todos não seria injustiça contra ninguém. Seria apenas uma demonstração momentânea dos resultados das primeiras investigações da CPI. Comprovaria o trabalho, mostraria a disposição para seguir em frente, garantiria a manutenção das investigações e abriria o caminho para as primeiras punições. E, sintomaticamente, daria à população uma prova do interesse do Congresso em extirpar de suas fileiras os

membros ruins, promover a limpeza da instituição, restituir a crença aos brasileiros que andam ficando cada vez mais ateus em relação às instituições.

Pelo jeito, a maioria dos integrantes da comissão não fizeram esta leitura. Consideraram que nominar alguns e deixar outros de fora é discriminação. Ora, será que consideram as pessoas burras? Será que pensam que o eleitorado não sabe diferenciar o que é parcial do que é o que é relatório final? Ou

estão apenas tentando ganhar tempo para enrolar tudo e não punir ninguém? Só a suspeita embutida nesta última pergunta é de arrepiar. Imagine-se então se comprovada no futuro. Seria o caos.

É hora de por ponto final na enrolação. Chega de interesses escusos. Pare-se de pensar pequeno. Esqueça-se das eleições do ano que vem. As etapas estabelecidas desde o início pela CPI precisam ser respeitadas. Ninguém quer ver os envolvidos, sejam eles quem forem, renunciarem aos mandatos e, assim, como o ex-presidente Fernando Collor, ficarem cada vez mais próximos da não punição. Pior ainda, terem o direito de concorrer ano que vem e ainda por cima se elegerem. Seria uma piada de mau gosto, algo que o País não merece.



■ Ana Maria Tahan é jornalista

Tentam ganhar tempo para enrolar e não punir ninguém? Só a suspeita é de arrepiar